

2.1 PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:

Submete-se à consideração do Executivo o pedido de isenção do pagamento de taxas, de licença relativa à emissão de alvará de utilização referente ao edifício localizado na Rua de S. Frutuoso e Rua das Searas, da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, em que é requerente ASDPESO – Associação para o Desenvolvimento Pessoal e Social.

Tem informação no sentido de ser indeferido.



DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA

Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Documento n.º: 4812/URB/PED/17

Assunto: ASDEPESO – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

Autor(a): Elisa Cunha Coelho

Data: 2017/11/14

Tendo em conta o defeito no presente parecer jurídico, no ponto 2 do artigo 1º-B do Estatuto das IPSS, deverá ser indeferido o pedido. Ao Presidente da Câmara para, caso o entenda, remeter ao Executivo para decisão.
28/12/2017, *[Assinatura]*

PEDIDO:

"Surgindo-me dúvidas quanto à legalidade da isenção de taxas solicito parecer à DSJC. De facto, sendo uma IPSS e não entidade de direito canónico como erradamente foi referido, ao exercer uma atividade não de cariz social e não tutelada pela Segurança Social, mas antes uma atividade lucrativa de ensino tutelada pelo Ministério da Educação, tenha direito a beneficiar da isenção de taxas" – o Vereador, Prof. Miguel Bandeira, aos 25/07/2017

NOTA- Recebi em 01/09/2017 (data do regresso de férias)

A nota do Embaixador, com proposta de indeferimento 1801.25
[Assinatura]

ANÁLISE

Para apreciação do caso concreto teremos que nos valer do Código Regulamentar do Município de Braga, em vigor desde 25 de novembro de 2016.

Na Secção III da PARTE H do Título I – Taxas Municipais, encontramos as disposições referentes às isenções de taxas:

Artigo H-1/15.º

Isenções e reduções legais

Estão isentos do pagamento de taxas e outras receitas municipais as entidades (públicas ou privadas) e as atividades ou atos a que a lei atribua de forma expressa tal isenção.

Artigo H-1/16.º

Outras isenções e reduções

1- Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

a) As freguesias;

b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;

c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;

d) As pessoas coletivas religiosas;

e) As associações desportivas legalmente constituídas;

f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;

g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

2- Os benefícios consagrados no presente artigo limitam-se aos atos e factos direta e imediatamente relacionados com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades referidas no número anterior.

3- As pessoas de comprovada insuficiência económica beneficiam de isenções e reduções de taxas e outras receitas municipais.

4- Podem ainda ser concedidas isenções ou reduções a quaisquer outras entidades, com fundamento no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto.

A “ASDEPESO-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL”, é uma pessoa coletiva religiosa, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (o que automaticamente lhe confere o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública).

Encontra-se assim abrangida pelas alíneas c) e d) do nº 1 do Artigo H-1/16º do CRMB.

Temos ainda que atender ao que refere o nº 2 do artigo em causa: **os benefícios consagrados no presente artigo limitam-se aos atos e factos direta e imediatamente relacionados com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades referidas no número anterior**

Ora, a operação urbanística em causa é uma obra de alteração e ampliação do Colégio João Paulo II, pelo que, da análise aos Estatutos da instituição verificamos que se encontra cumprido o requisito exigido pelo nº 2 do artigo acima referido (art. 2º alínea a) dos Estatutos: A ASDEPESO tem por objetivo: a) a criação e gestão de estabelecimentos de ensino pré-escolar, escolar e também a criação e gestão de creches com berçário:).

Está a instituição em causa em condições de ser isenta ou ver reduzida a taxa, por se enquadrar nas disposições legais referidas.

No entanto, o referido dispositivo legal refere «**podem beneficiar**», isto é, a isenção ou redução não é automática, ficando na discricionariedade da administração isentar ou reduzir.

Sendo que, seguindo-se as regras do...

Artigo 9.º do Código Civil**(Interpretação da lei)**

1. A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada.
2. Não pode, porém, ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expreso.
3. Na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.

não podemos deixar de ter em conta o seguinte:

A possibilidade de isenções ou reduções de pagamento de taxas no caso das instituições particulares de solidariedade social e das pessoas coletivas religiosas, justifica-se pelo próprio fim da instituição: a solidariedade social.

Já que a solidariedade social é um valor e objetivo previsto na CRP, nos seus artigos 1º; 63º (veja-se em particular o seu nº 5); 67º, nº 2, alínea b); 69º, 70º, nº 1, alínea e) e artigos 71º e 72º, e, nesse sentido, um valor fundamental do Estado de Direito Democrático.

De acordo com o artigo 1º do **Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social**, “São instituições particulares de solidariedade social, adiante designadas apenas por instituições, as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.”

Muito caracterizadas pelo espírito de solidariedade e forte componente humana, estas instituições são cada vez mais importantes no contexto adverso em que vivemos, onde várias famílias atravessam graves problemas financeiros.

A sua missão é proporcionar melhores condições de vida aos mais desfavorecidos e contribuir para a resolução dos problemas sociais.

Os valores e princípios pelos quais se regem, assim como as atividades desenvolvidas, são dignos dum cada vez maior reconhecimento, sendo predominante o carácter voluntário das mesmas, apenas com o intuito de ajudar quem precisa. E por se entender que este lado solidário deve sempre prevalecer e ser valorizado, é que, s.m.o., foram previstas normas como a que está em causa do CRMB.

Assim sendo, e embora as IPSS possam realizar atividades lucrativas, desde que para a sua própria autossustentabilidade, de acordo com o disposto no nº 2 do Artigo 1º B do Decreto-Lei nº 119/83:

Artigo 1.º-B do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social**Fins secundários e atividades instrumentais**

1 — As instituições podem também prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos, desde que esses fins sejam compatíveis com os fins definidos no artigo anterior.

2 — As instituições podem ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por elas criadas, mesmo que em parceria e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins. (...)

Sendo o Colégio João Paulo II, como é do conhecimento público, destinado, maioritariamente, a uma classe social com possibilidades económicas, sem prejuízo de melhor opinião, parece-me ter de haver critérios de razoabilidade na apreciação do pedido, já que a Câmara deve exercer uma ação reguladora e pedagógica, não abdicando, em favor de terceiros, de parte ou da totalidade das receitas que a lei lhe confere, quando não está em causa, diretamente, a solidariedade social.

No entanto, cabará à Câmara Municipal tomar a decisão sobre o pedido efetuado.

Artigo H-1/18.º

Competência

1- A concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais compete à Câmara Municipal.

Com a seguinte fundamentação:

Artigo H-1/19.º

Fundamentação


As isenções e reduções previstas no presente Título visam:

- a) Contribuir para a garantia do interesse público que compete ao Município assegurar, por si, ou por terceiros;
- b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;
- c) Promover a discriminação positiva, garantindo que a falta de recursos económicos não seja um entrave ao acesso pelos munícipes mais carenciados à atividade municipal;
- d) Promover atividades e iniciativas de interesse público municipal.

Alertando esta DSJC que se a decisão for de indeferimento, haverá lugar às devidas consequências legais quanto às já atribuídas (que podem ser verificadas na informação do Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbana, Arq. Nuno Monteiro, junta ao processo).

À consideração superior,


Elisa Cunha Coelho

Concordo com o parecer. Envia ao Sr. Diretor Municipal.
Após despacho do Sr. Vereador ref. Doutor Miguel Bandeira,
Relação ao Sr. Presidente. 15/11/17 



Documento nº: 4812/URB/PED/17

Data Registo: 16-05-2017

Assunto: URB - Urbanismo - Diversos - Isenção de taxas - Urbanismo

Classificador: 999.99.999 - Genérico

Tipo Documento: Requerimento URB

Livro: Requerimentos_PED

Entidade:

Nome/Designação: ASDPESO - ASSOCIAÇÃO P/DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL

Endereço: RUA DE S.FRUTUOSO - DUME

Utilizador: Eunice Santos

Destinatário:Eunice Santos

Conhecimentos:

Data: 16-05-2017 11:57:48

Documento: 4812/URB/PED/17

Criação automática de pedido

Utilizador: Eunice Santos

Destinatário:Eunice Santos

Conhecimentos:

Data: 16-05-2017 11:57:54

Documento: 4812/URB/PED/17

Movimento criado automaticamente.

Utilizador: Custódia Ferreira

Destinatário:DMUOP - SA

Conhecimentos:

Data: 16-05-2017 17:54:54

Documento: 4812/URB/PED/17

Para procedimento segue físico em protocolo.

Utilizador: Pedro Mesquita

Destinatário:DMUOP - SA

Conhecimentos:

Data: 17-05-2017 12:23:05

Documento: 4812/URB/PED/17

POR SEREM UMA IPSS REQUEREM A ISENÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS.

Utilizador: Aurora Fernandes

Destinatário:Jose Abreu

Conhecimentos:

Data: 18-05-2017 09:42:58

Documento: 4812/URB/PED/17

Utilizador: Jose Abreu

Destinatário:Manuel Lopes

Conhecimentos:

Data: 23-05-2017 17:17:14

Documento: 4812/URB/PED/17

P/ INF.

Utilizador: Manuel Lopes

Destinatário: Manuel Lopes

Conhecimentos:

Data: 24-05-2017 16:22:28

Documento: 4812/URB/PED/17

Documento movimentado através da movimentação do documento relacionado '4810/URB/PED/17'

Utilizador: Manuel Lopes

Destinatário: Nuno Monteiro (Arqt)

Conhecimentos:

Data: 24-05-2017 16:24:45

Documento: 4812/URB/PED/17

Documento movimentado através da movimentação do documento relacionado '4810/URB/PED/17'

Utilizador: Celina Brandão

Destinatário: Pedro Lopes (Dr)

Conhecimentos:

Data: 04-07-2017 09:14:15

Documento: 4812/URB/PED/17

A pedido

Utilizador: Jose Abreu

Destinatário: Nuno Lopes (Eng)

Conhecimentos:

Data: 04-07-2017 10:12:02

Documento: 4812/URB/PED/17

P/ INF.

Utilizador: Nuno Lopes (Eng)

Destinatário: Pedro Lopes (Dr)

Conhecimentos:

Data: 04-07-2017 10:16:13

Documento: 4812/URB/PED/17

1. A ASDPESO – “Associação para o Desenvolvimento Pessoal e Social” solicita, em pedido com registo n.º 4812/URB/PED/17, de 16.05.2017, a isenção do pagamento de taxas de licença relativas à emissão do alvará de autorização de utilização referente ao edifício, destinado a Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, localizado na Rua de S. Frutuoso e Rua das Searas, em Dume (S. Martinho), deste concelho de Braga.

2. De acordo com o Artigo H -1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga (**Regulamento n.º 973/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 206 — 26 de outubro de 2016**), podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

a) As freguesias;

b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;

c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;

d) As pessoas coletivas religiosas;

e) As associações desportivas legalmente constituídas;

f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;

g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

Verificando-se que o requerente é uma IPSS, Entidade de Direito Canónico, julgo que a pretensão em causa se enquadra no ponto 1 do Artigo H-1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

Nos termos do n.º1, do artigo H-1/18.º, do CRMB, o deferimento da petição em análise deverá ser apreciada e decidida em reunião de Executivo Municipal.

À consideração superior.

Utilizador: Jose Abreu

Destinatário:Zamith Rosas (Dr)

Conhecimentos:

Data: 04-07-2017 14:50:25

Documento: 4812/URB/PED/17

INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO:

Face aos antecedentes e ao teor da informação que antecede, submete-se a decisão de reunião do executivo camarário. (INFª TÉCª Nº 2017/833)

Utilizador: Augusta Gomes

Destinatário:DMUOP - SA

Conhecimentos:

Data: 23-08-2017 09:05:51

Documento: 4812/URB/PED/17

A PEDIDO

Utilizador: Aurora Fernandes

Destinatário:Teresa Rodrigues

Conhecimentos:

Data: 23-08-2017 09:06:36

Documento: 4812/URB/PED/17

Utilizador: Teresa Rodrigues

Destinatário:Isilda Castro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 23-08-2017 09:40:59

Documento: 4812/URB/PED/17

Segue processo físico.

Utilizador: Isilda Castro (Dra)

Destinatário:Drª Elisa Coelho

Conhecimentos:

Data: 31-08-2017 15:49:09

Documento: 4812/URB/PED/17

Para informar, após regresso de férias (segue processo físico)

Isilda Castro

Utilizador: Drª Elisa Coelho

Destinatário:Isilda Castro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 01-09-2017 16:28:16

Documento: 4812/URB/PED/17

A pedido.

Utilizador: Isilda Castro (Dra)

Destinatário:Teresa Rodrigues

Conhecimentos:

Data: 01-09-2017 16:42:44

Documento: 4812/URB/PED/17

Despacho Chefe de Divisão:

Com vista a damos cumprimento ao Despacho do Sr. Vereador Professor Doutor Miguel Bandeira (que, aliás, parece ter toda a pertinência), torna-se necessário que os serviços da DPC-IGCH esclareçam se a entidade em questão já beneficiou de isenção de taxas incidente sobre esta operação (ou melhor : se já foram realizadas e autorizadas obras no prédio em relação às quais se pretende a emanação da presente autorização de utilização que tenham sido alvo de isenção), quais os

fundamentos, devendo ainda ser juntos os Estatutos (e que do processo ora remetido não conseguimos antever).

Por outro lado, chama-se atenção que há que distinguir a denominada TMU (para as quais estão previstas isenções no artigo H-2/5º do CRMB) das demais.

De seguida, volte a esta Divisão.

Isilda Castro

Utilizador: Teresa Rodrigues

Destinatário: Pedro Lopes (Dr)

Conhecimentos:

Data: 04-09-2017 10:07:23

Documento: 4812/URB/PED/17

Processo entregue via protocolo.

Utilizador: Jose Abreu

Destinatário: Zamith Rosas (Dr)

Conhecimentos:

Data: 04-09-2017 15:49:01

Documento: 4812/URB/PED/17

INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO: Dado que as isenções anteriormente concedidas, foram informadas pelo Sr. Arquiteto Nuno Monteiro, julgo que o processo lhe deveria ser enviado para dar resposta ao solicitado pela DSJC. Caso de facto os estatutos não constem do processo, os mesmos deverão ser solicitados ao requerente pela DMUOP/SA. (INFª TÉCª Nº 2017/1067)

Utilizador: Augusta Gomes

Destinatário: DMUOP - SA

Conhecimentos:

Data: 26-09-2017 10:46:42

Documento: 4812/URB/PED/17

A PEDIDO

Utilizador: Nuno Monteiro (Arqt)

Destinatário: DMUOP - SA

Conhecimentos:

Data: 26-09-2017 11:07:30

Documento: 4812/URB/PED/17

Consultado o presente processo verifica-se que, ao contrário do indicado pelo requerimento n.º PED/2621/2017, de 02/02/2017, os Estatutos da entidade requerente nunca foram apresentados pelo mesmo.

Face ao anteriormente indicado e conforme proposto pelo despacho do Chefe da DPCHGCH, de 01/09/2017, à DMUOP-SA para notificar a ASDPESO para que, no prazo de trinta dias úteis, apresente os referidos elementos, para correta instrução do pedido de isenção de taxas e outras receitas municipais solicitado pelo requerimento n.º 4812/URB/PED/17, de 16/05/2017, sob pena de indeferimento do pedido.

Utilizador: Joaquim Oliveira

Destinatário: DMUOP - SA

Conhecimentos:

Data: 26-09-2017 16:02:11

Documento: 4812/URB/PED/17

Aguarda 30 dias



BRAGA
Municipal

DSJC
DGU - Departamento de Gestão Urbana
Diretor de Departamento

Assunto **PROCESSO N.º 296/URB/PROC/16**

Requerimento n.º **E/23322/2017**

Despacho

1. Pelo requerimento n.º E/23322/2017, de 28/09/2017, a requerente do presente processo, veio apresentar os elementos que lhe foram solicitados pelo ofício datado de 26/09/2017, designadamente no que se refere aos **"Estatutos da Instituição e Registo de IPSS"**.

2. Face aos elementos agora apresentados, os quais foram solicitados na sequência do parecer da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso, datado de 01/09/2017, será de remeter novamente o presente processo aos referidos serviços para emissão do parecer pretendido por despacho de 25/07/2017, do Sr. Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade.

3. Na sequência do mesmo parecer supramencionado desde já se esclarece também o seguinte:

3.1. Para o imóvel em questão foram devidamente aprovadas as obras referentes à **Licença de Construção n.º EDI/62/2017**, de 10/02/2017, referente a obras de alteração e ampliação da construção original.

3.2. No que se refere às "taxas de licença relativas à emissão do alvará de obras de edificação" acima mencionado foi apresentado um pedido de isenção registado com o n.º **132/URB/PED/17**, sobre o qual foi emitida proposta de deferimento, datada de 25/01/2017, com despacho de 25/01/2017, tendo a mesma sido concedida, conforme alegado pela entidade requerente através de novo requerimento apresentado em 02/02/2017 (PED/2621/2017).

A referida proposta foi assim enquadrada na alínea g), do **"Artigo H-1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga"**, uma vez que a entidade requerente **"é uma Entidade Colectiva Religiosa"**.

3.3. Posteriormente, pelo requerimento **PED/2621/2017**, de 02/02/2017, foi apresentado novo pedido de isenção do pagamento das "taxas de operação urbanística pelo disposto nas alíneas c) e d) do N.º 1, do N.º 2, do artigo H-1/16.º do Regulamento N.º 973/2016 do Município de Braga".

Relativamente ao referido pedido foi emitida proposta de despacho no sentido de deferir o mesmo, com base no enquadramento legal previsto na alínea d), do n.º 1.º, do artigo H-1/16.º, do CRMB - Código Regulamentar do Município de Braga.

A referida proposta obteve despacho favorável de 20/02/2017, tendo sido remetida à reunião de executivo em 23/02/2017, tendo sido deliberado aprovar em 17/04/2017.

→ 3.4. Posteriormente, tendo sido emitida autorização de utilização para as obras de alteração e ampliação anteriormente mencionadas, designadamente o **Alvará de Utilização n.º 341/2017**, foi novamente apresentado pedido de isenção de pagamento de taxas e outras receitas municipais referentes à emissão do referido alvará.

Em resposta ao registo n.º **4812/URB/PED/17** foi emitida proposta de aprovação do referido pedido de isenção de taxas e outras receitas municipais, datada de 04/07/2017, com fundamento no n.º 1.º, do artigo H-1/16.º, do CRMB, com despachos favoráveis de 04/07/2017, tendo sido remetida a referida proposta a reunião de executivo.

Na sequência do referido envio, por despacho de 25/07/2017 foi solicitado o parecer mencionado no ponto 2.

Conclusão

Face a tudo o anteriormente exposto deverá a DSJC emitir o parecer solicitado pelo Sr. Vereador, com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, de modo a que possa ser emitida resposta final ao pedido de isenção mencionado em 3.4.



BRAGA
Município

DGU - Departamento de Gestão Urbana
Diretor de Departamento

Por outro lado, tendo em conta as isenções anteriormente concedidas no âmbito do presente processo de licenciamento, caso se detete a existência de alguma situação irregular que deva ser corrigida, desde já se solicita indicações sobre a melhor forma de o fazer.

Nuno Monteiro
Diretor do Departamento de Gestão Urbana
(Competência subdelegada por despacho do Diretor Municipal de Urbanismo:
Ordenamento e Planeamento de 29/11/2017)

Despacho - DSJC
A Dr.ª Elsa Cunha Coelho
para parecer.

17/10/17